

REVISTA QUAESTIO IURIS

Editorial para o vol. 11-2 (2018)

A Revista Quaestio Iuris, indexada na **Web of Science**, de periodicidade trimestral, nesse volume 11, número 02, 2018, tem o prazer de informar a todos os seus leitores que artigo de nossa Revista denominado "*Making the human rights talk matter: are the brazilian state's practices really following its rhetoric towards the protection of human rights defenders in the country?*" publicado no vol. 09, n. 04, 2016 foi citado no livro "*Protecting human rights defenders in Latin America: a legal and sócio-political analysis of Brazil*", de Ulisses Terto Neto, da Editora Springer Nature, Switzerland.

A Revista tem ainda o prazer de publicar o artigo "*Disecciones discursivas del cuerpo de la mujer indígena en el derecho constitucional mexicano*" da Profª. Alma Guadalupe Melgarito Rocha, Doutora em direito e Professora Titular da Universidade Autónoma Ciudad Juárez, México. No artigo *Disecciones discursivas del cuerpo de la mujer indígena en el derecho constitucional mexicano* se analisa – com o uso de recurso semiológicos -, a modelização do corpo das mulheres indígenas na Constituição mexicana, na perspectiva da crítica jurídica, entendida como análise discursiva. Sob a premissa de que o discurso do direito mostra aquilo que oculta, a análise pretende desvelar as feridas infringidas nos corpos das mulheres no texto legal, feridas que o discurso do direito encobre debaixo de um véu de igualdade, estado garante, proteção e cidadania pluricultural.

Da mesma maneira que nos números anteriores, no presente volume 11, número 02, 2018, publicamos 25 (vinte e cinco) artigos inéditos, sendo 07 (sete) artigos estrangeiros: *Neoglobalización y cambio demográfico* de Luis Héctor González Mendoza, Doctor em Sociología pela Universidade Nacional Autónoma de México – UNAM, Professor de Psicología de la Educación de la Universidad Pedagógica Nacional - UPN, México; *Disecciones discursivas del cuerpo de la mujer indígena en el derecho constitucional mexicano* da Profª. Alma Guadalupe Melgarito Rocha, Doutora em direito e Professora Titular da Universidade Autónoma Ciudad Juárez, México, já citado; *El Patriotismo. Un concepto de acción y de reacción. Responsabilidad de actuar en tiempos de crisis (1808-1812)*, de Esteban Gómez Gaitán, Doutor em Ciencias Sociales pela Universidad de Colima, México, Pós-doutor pela Universidad de Guanajuato, México; *The challenge of owning the results of scientific research in Argentina*, de Ester Elizabeth López Monrroy, Doutora em Ciências Sociais e Humanas pela Universidade Nacional de Quilmes – UNQ, Argentina; *Un artista en La Moncloa*, de Jose Joaquin Jimenez Sanchez, Personal Docente e Investigador de la Universidad de Granada, Espanha; *Conductas colisorias: del derecho romano a la ley 15/2007 de defensa de la competencia*, de José Luis Zamora Manzano e Tewise Yurena Ortega González, o primeiro Professor Titular de Direito Romano da Universidad de las Palmas de Gran Canaria, Espanha e a segunda Professora colaboradora da Universidad de las Palmas de Gran Canaria, Espanha e, por fim,

The role of the court in the management of proceedings in the transnational civil procedure system, do Professor Abasat Pour Mohammad, Assistant Professor, Department of Law, Maragheh Branch, Islamic Azad University, Maragheh, Iran e de Hojjatollah Nouri, PhD Student, Department of Law, Maragheh Branch, Islamic Azad University, Maragheh, Iran.

Publicamos também em nossa Seção Monografias um extenso estudo denominado *A teoria kantiana do dever: a arqueologia de uma paisagem moral*, de Guilherme Alfradique Klausner, mestrando em direito na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e Professor do curso de pós-graduação lato sensu de Advocacia Pública da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. No referido trabalho se sintetizam conhecimentos extraídos de autores das mais diversas tradições da história da filosofia acerca das condições de formação da paisagem moral kantiana a partir de um método arqueológico, focado na construção histórico-filosófica da noção kantiana de dever. Foram adotadas como obras base as de Willy e Agamben sobre o tema, bem como foram delimitados campos autônomos em relação ao contexto dos estudos realizados acerca do pensamento kantiano a serem abordados a partir da premissa inicial (quais sejam: técnica enquanto paradigma da modernidade e o impacto do nominalismo, do protestantismo e do neoestoicismo em Kant). Nas reflexões de caráter mais propriamente filosófico, o trabalho de Agamben assumiu franca relevância, bem como foram incorporadas observações de caráter sociológico fundadas no trabalho de Max Weber sobre a ética intramundana protestante. A conclusão, seguindo as dos estudos base, aponta para a consolidação, na obra kantiana, de um processo de alteração do *Weltanschauung* da intelligentsia filosófica no Ocidente, com severa repercussão na vida dos habitantes desse hemisfério. A partir dessa conclusão, é necessário repensar a noção de dever tanto em suas implicações jurídicas quanto em suas implicações psicológicas.

Em nossa Seção Ensaio publicamos 08 (oito) ensaios, sendo de se destacar 02 (dois) ensaios de dogmática jurídica de temas candentes de direito da saúde: *Entre a falibilidade e o erro: proposta de delimitação e classificação do erro médico* e *Os impactos da crise econômica brasileira no setor da saúde suplementar*.

Nesse número da Revista ampliamos também nosso corpo de nossos pareceristas/avaliadores, com a inclusão de muitos Professores, de inúmeros Estados do país e também de muitos professores estrangeiros, chegando agora a um total de mais de 650 (seiscentos e cinquenta) pareceristas avaliadores.

Publicamos ainda, para consulta imediata dos leitores, os links dos diversos indexadores nacionais e internacionais de Revistas e periódicos onde nossa Revista Quaestio Iuris está indexada. Agradecemos, como sempre, a todos os leitores, autores, avaliadores e colaboradores pela colaboração e confiança e pelo sempre excelente trabalho realizado. Lembramos sempre que as submissões para a Revista Quaestio Iuris são permanentes e devem ser realizadas pelo sistema, diretamente na página da Revista.

Boa leitura a todos!

Mauricio Mota

Editor da Revista Quaestio Iuris